



Quem tem medo da democracia na Escola?

Passadas quase duas décadas de aplicação do Decreto-Lei 75 de 2008, que implementou a gestão unipessoal e, mais tarde, de formação de megagrupamentos, verificaram-se transformações profundas na vida das escolas que, a par da alteração do Estatuto da Carreira Docente (ECD), em 2005, não são merecedoras de avaliação, apesar da atual “cultura da avaliatite aguda”.

Existem mudanças no quotidiano das escolas, na complexificação dos processos e na proletarização e burocratização do trabalho dos docentes. É facilmente verificável que a plataformação do trabalho com monitorização remota tomou conta do tempo de todas as pessoas que trabalham nas escolas.

Paralelamente, e ao arrepio da Pedagogia e da Didática, a “cultura da avaliatite aguda” continua com novas provas integralmente em formato digital e em qualquer nível de ensino. Os custos elevados da implementação destes procedimentos não são acompanhados por objetivos claros e pedagógicos e muitas questões se levantam. Uma delas, a da gadgetização das aprendizagens que visa monitorizar apenas o que se ensina e não tanto o que se aprende, obriga a demora na preparação e retira tempo às aprendizagens.

Decorrente da alteração do modelo de gestão, constata-se a confusão perigosa entre o que é a participação dos Pais e Encarregados de Educação (PEE) e a fiscalização perniciosa, intrusiva e ameaçadora do trabalho docente, combinado com a perda de autoridade e a proletarização do trabalho. Supostamente, de aliado, o PEE passa a considerar o professor um inimigo, supostamente, mesmo quando o próprio é docente, passando a considerar o professor não um aliado, mas um inimigo, sugerindo até como as aulas devem ser lecionadas. Este é mais um sinal evidente do crescimento de uma cultura nociva, da perda de identidade docente, da usurpação de papéis e da perda de autoridade do docente decorrente da alteração do ECD.

A (in)governabilidade dos megagrupamentos e a perda de identidade dos agrupamentos parece não levantar questões de maior e serve os requisitos da descentralização de competências e da municipalização, acarretando uma tutela entre ministério da educação e município, numa relação a três, na qual a escola é o elo mais fraco, como nos diz Licínio Lima.

Uma vivência democrática das escolas inclui uma proposta transformadora dos próprios alunos e alunas enquanto cidadãos e cidadãs e valoriza o papel de toda a comunidade educativa. Para além da ausência de uma eleição entre pares, a gestão unipessoal afasta-se de modelos de liderança partilhada e representativa. As lideranças intermédias deixaram de ter intervenção vinculativa ou influência nas soluções e os processos de tomada de decisão não são participados. Isso promove um clima de isolamento e falta de apoio ao corpo docente, que não se sente envolvido nem faz parte das decisões para a resolução dos dilemas do quotidiano escolar.



A Escola não pode propor valores democráticos de liberdade e participação cívica se é gerida de cima para baixo e de fora para dentro, se não confia, se não partilha responsabilidades em equipas educativas, nem dá voz à comunidade educativa. Como se pode viver a democracia sem o sentimento de pertença e de participação, nomeadamente, considerando a voz dos professores, funcionários, técnicos e alunos, envolvendo-os nas decisões?

Assim, sem um processo democrático de auscultação, participação e decisão junto das escolas criaram-se dezenas de versões de agrupamentos desde o tempo de Maria de Lourdes Rodrigues, agravadas pela austeridade de Passos Coelho. Esta reorganização nunca foi avaliada nem colocada a possibilidade da sua reestruturação ou reversão.

Outra faceta desta aparente autonomia hetero governada é visível nas inócuas ações de formação promovidas pelo Ministério da Educação (MECI), quase sempre de caráter obrigatório e que nunca resultam da necessidade de atualização dos professores.

O que falta à escola é não só dar voz aos professores e a todos os que nela trabalham, como também aos especialistas em Ciências da Educação. Afinal, valorizam-se as opiniões “criativas” de pessoas distantes da escola e não aqueles que nela vivem e que a estudam.

Há quase duas décadas que se vive nas escolas em esforço permanente para cumprir as demandas ao ritmo do ministro da pasta. O desgaste docente é enorme, o sentido de impotência é desarmante. Os reflexos na saúde dos professores e demais trabalhadores são também evidentes.

Não se pode defender a Escola Pública sem defender que ela seja intrinsecamente uma organização democrática e com autonomia. No entanto, este assunto tornou-se numa espécie de tabu. Quem tem medo da escola democrática em Portugal?...

Numa altura em que se anuncia para breve o início do processo de análise do atual regime de gestão pelo MECI, o Bloco de Esquerda deve garantir que não será um processo de maquilhagem que perpetua o atual modelo e que as alterações propostas irão ao encontro da defesa da democracia e da autonomia nas escolas.

Subscrevem

Alexandra Vieira

Jorge Humberto

Cátia Domingues

Maria José Vitorino

Nuno Pinheiro

Raúl Rasga

Maria Deolinda Martin

Catarina Vieira e Castro

Duarte Graça

Helena Amaral



Maria Veríssimo Vieira
Fabíola Cardoso
Miguel Correia
Sandra Costa
André Julião
Manuela Antunes
Paula Teixeira
Alexandre Mano
João Martins
Renato Silva
Almerinda Bento
Cristina Guedes
João Vasconcelos
Lúcia Cunha
Carlos Costa
Maria de Fátima Francisco
Gina Alice Mateus
Nuno Pinheiro